

Resumo

O artigo apresenta dados de duas pesquisas e propõe a reestruturação, de uma maneira geral, da atividade policial e, em especial, do treinamento policial. Seu principal argumento é que, para se manter atualizada num mundo em constante mutação, a própria polícia deve se tornar mais versátil, sem perder de vista suas funções básicas – proteção e prestação de segurança.

Tais objetivos são factíveis apenas para uma força policial em intensa colaboração com a sociedade, ou seja, que se fia numa abordagem do policiamento orientado à comunidade, uma polícia cujos integrantes sejam dotados, durante todo seu adestramento, de habilidades e técnicas para a solução de problemas, e que desenvolvam um elevado grau de motivação.

O artigo sugere que, no atual clima social e econômico, urge a necessidade de reformas, as quais podem ser implementadas de melhor forma através da cooperação internacional.

Delegados de polícia: quem são e o que pensam¹

MARIA TEREZA SADEK
ROGERIO BASTOS ARANTES

1. Introdução

Quem são e o que pensam os *delegados de polícia*? Para responder a essa pergunta, o IDESP realizou, com o apoio da Fundação Ford e da FAPESP, a mais ampla e inédita pesquisa sobre o perfil dos Delegados de Polícia no Brasil.

O principal objetivo da pesquisa é ampliar o conhecimento sobre o sistema de Justiça no Brasil. Apesar da importância da polícia no quadro dos órgãos responsáveis pela Justiça e segurança pública, pouco se conhece sobre seus integrantes e sobre o que pensam a respeito dos problemas que afetam a instituição. O debate atual acerca desses problemas e de propostas de mudanças legislativas, processuais e organizacionais teria muito a ganhar com a elaboração de um perfil dos delegados de polícia e com a revelação de suas opi-

1. Este artigo reproduz, em parte, a apresentação de Delegados de Polícia, Sadek, MT (org) Editora Sumare, Fundação Ford, 2003. A pesquisa foi coordenada por Maria Tereza Sadek e contou com a participação de Alvinho Sanches Filho, Humberto Dantas, Luciana Gross Siqueira Cunha, Maria da Glória Bonelli, Rogério Bastos Arantes e Rosângela Cavalcanti.

nões sobre a reforma da instituição e a melhoria da segurança pública no Brasil. Os principais resultados dessa pesquisa serão aqui apresentados.

1.1 Características do survey e definição da amostra.

Tendo em vista o objetivo de construir o perfil socioeconômico e ideológico dos delegados de polícia, com base na técnica de *survey*, foram selecionados nove estados para compor a amostra da pesquisa: Amapá, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Tais escolhas procuraram representar diferentes regiões do país, graus variados de desenvolvimento social e econômico, condições políticas diversas, bem como diferentes experiências na área da polícia e de segurança pública.

No que diz respeito ao número de entrevistas, foi estabelecido e atingida a meta de 20% do total de delegados de polícia em atividade nesses nove estados (com exceção do estado do Amapá, cujo pequeno contingente de delegados nos levou a elevar a amostra para cerca de 46%). No total, 1228 entrevistas foram realizadas, num complexo e difícil trabalho de campo que se estendeu do segundo semestre de 2001 até meados de 2002. A Tabela 1 traz informações sobre o universo e sobre a amostra de delegados entrevistados.

Seguindo o mesmo procedimento de pesquisas anteriores, a amostra foi estratificada por *gênero* e *local de trabalho* (capital do estado ou cidade do interior). Homens e mulheres foram representados conforme sua distribuição no universo das polícias de cada estado, assim como foi respeitada a proporção de delegados em atividade na capital e nos municípios do interior. Nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, os municípios da região metropolitana (com exceção da capital) foram agrupados em categoria específica. Também foi observada a distribuição do contingente de delegados por "classe" na carreira, embora essa variável não tenha sido adotada como critério de estratificação da amostra.

Tabela 1. *Delegados de Polícia por estado e amostra das entrevistas*

	UNIVERSO		AMOSTRA		Total de entrevistas
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
Rio Gde do Sul	311	56	58	10	68
Paraná	329	41	66	9	75
São Paulo	2880	320	576	64	640
Rio de Janeiro	445	115	89	23	112
Distrito Federal	262	62	52	13	65
Goiás	234	61	47	12	59
Bahia	235	226	50	45	95
Pernambuco	306	95	60	20	80
Amapá	43	30	20	14	34
TOTAL	5045	1006	1016	212	1228

1.2 Modelo de questionário e metodologia do trabalho de campo

O questionário utilizado no *survey* seguiu o padrão desenvolvido pelo IDESP ao longo de dez anos de pesquisa com integrantes do sistema de Justiça no Brasil. Para a confecção do questionário, realizamos entrevistas qualitativas com delegados selecionados e levantamos informações em fontes secundárias, desde documentos e publicações da polícia e associações de delegados até o noticiário de imprensa relativo aos temas da atividade policial e da segurança pública, passando pela bibliografia e debate acadêmicos existentes nessa área.

O questionário dividiu-se em duas partes principais: a primeira dedicou-se ao levantamento de dados pessoais e preocupou-se em levantar informações sobre a origem social dos delegados (idade, sexo, cor, grau de instrução dos pais, estado civil etc.), além de dados sobre a formação universitária, o ingresso na carreira, nível de remuneração, dentre outras. Na segunda parte procurou-se colher a opinião dos entrevistados sobre a carreira do delegado de polícia (aspectos valorizados e motivos que os levaram a adotar essa profissão), sobre os obstáculos ao bom funcionamento da Polícia Civil e propostas para melhorar o desempenho da atividade policial, do sistema de segurança pública e para diminuir a impunidade e a criminalidade. Nessa segunda parte, o questionário também colheu a opinião dos delegados sobre um conjunto de afirmações contundentes a respeito da atividade policial, sobre a imagem negativa da Polícia Civil e sobre o posicionamento ideológico (esquerda *vs.* direita, por exemplo) dos entrevistados.

Com base na experiência de pesquisas anteriores com agentes do sistema de Justiça, optamos pela aplicação dos questionários mediante entrevistas pessoais com os delegados de polícia. Para tanto, procuramos selecionar em cada estado pesquisadores que demonstrassem conhecimento da estrutura e funcionamento das instituições de Justiça e segurança pública e que demonstrassem habilidade para enfrentar situações adversas, assegurando o caráter científico e acadêmico da pesquisa.

Os pesquisadores auxiliaram na finalização da amostra, mapeando a densidade “populacional” dos delegados por município e traçando estratégias de trabalho de campo segundo as peculiaridades locais. Eles contribuíram também para estreitar o contato com as associações e direções estaduais da Polícia Civil, que facilitaram bastante o acesso aos delegados.

Em termos gerais, a aplicação dos questionários evoluiu bastante bem em todos os estados e não chegamos a nos deparar com dificuldades intransponíveis. Pelo contrário, a grande maioria dos delegados ouvidos reconheceu a importância da pesquisa e

elogiou o trabalho pioneiro do IDESP. Em termos qualitativos, o maior ganho do trabalho de campo foi a possibilidade de observar a rotina das delegacias de polícia e de seus agentes (delegados, investigadores, escrivães e demais funcionários). Nossos pesquisadores tiveram a oportunidade de entrar em contacto com realidades perversas e ambientes marcados pela precariedade de condições materiais e humanas, nos quais se passam as cenas mais diversas e por vezes dramáticas do cotidiano da população brasileira. Nesses locais, o delegado de polícia ocupa o papel central, e muitos deles reagiram com um misto de surpresa e satisfação quando foram solicitados a falar de si mesmos e sobre os problemas da polícia e da segurança pública. Muitos, inclusive, aproveitaram a oportunidade para dramatizar as situações material e social em que vivem e clamar por mudanças na forma de tratamento da polícia, desejando que a pesquisa do IDESP venha a contribuir para os processos de revalorização da figura do delegado e de reforma profunda da organização policial.

Nessa perspectiva, é possível afirmar que os resultados da pesquisa do IDESP poderão, no mínimo, provocar o efeito de produzir uma espécie de “auto-conhecimento” dos delegados de polícia, de sua carreira e de sua organização. Por essa razão, vários deles, bem como as direções estaduais e associações de classe, manifestaram forte desejo de discutir conjuntamente os resultados da pesquisa, além de expandi-la para outros temas e demais estados no futuro. Esperamos que a divulgação do presente texto constitua um passo importante nessa direção.

2. Análise dos resultados

Do total de 1228 entrevistados, a expressiva maioria – 82,9% – é do sexo masculino e apenas 17,1% do sexo feminino. A média de idade dos entrevistados é de 43 anos. A maior parte é formada por brancos (83,7%); os pardos representam 11,4%; os negros 3,1%; os amarelos 1,3%; e 0,3% não informaram a cor. Quanto ao estado ci-

Tabela 2. *Características gerais dos entrevistados.*

Gênero	Freqüência	%
Masculino	1018	82.9
Feminino	210	17.1
TOTAL	1228	100.0
Cor	Freqüência	%
Branca	1028	83.7
Parda	140	11.4
Negra	38	3.1
Amarela	16	1.3
Vermelha	2	0.2
Não informou	4	0.3
TOTAL	1228	100.0
Estado Civil	Freqüência	%
Solteiro	203	16.5
Casado / união conjugal	879	71.6
Separado/divorciado/desquitado	135	11
Viúvo	6	0.5
Não Informaram	5	0.4
TOTAL	1228	100.0
Idade	Freqüência	%
24 anos ou menos	1	0.1
De 25 a 29 anos	72	5.9
De 30 a 34 anos	168	13.7
De 35 a 39 anos	259	21.1
De 40 a 44 anos	229	18.7
De 45 a 49 anos	196	16
De 50 a 54 anos	143	11.7
De 55 a 59 anos	76	6.2
De 60 a 64 anos	57	4.6
65 anos ou mais	22	1.8
Não informaram	5	0.4
TOTAL	1228	100.0

vil, 16,5% são solteiros; 71,6% são casados; 11,0% separados, divorciados ou desquitados; 0,5% viúvos e 0,4% não informaram.

Com relação ao grau de instrução paterna e materna, 70,1% dos pais e 78,4% das mães dos entrevistados não possuem cursos universitários, indicando a mobilidade educacional ascendente dos delegados, profissão que requer o título de bacharel em Direito.

Tabela 3. *Grau de instrução dos pais.*

Grau de instrução dos pais	PAI		MÃE	
	<i>Freqüência</i>	<i>%</i>	<i>Freqüência</i>	<i>%</i>
Sem instrução formal	73	5.9	80	6.5
1º grau incompleto	268	21.8	253	20.6
1º grau completo	206	16.8	242	19.7
2º grau incompleto	68	5.5	71	5.8
2º grau completo	210	17.1	288	23.5
Universitário incompleto	37	3.0	28	2.3
Universitário completo	349	28.4	214	17.4
Não Informaram	17	1.4	52	4.2
TOTAL	1228	100.0	1228	100.0

Entre os entrevistados, 61,5% não têm parentes na Polícia Civil, enquanto 37,9% os têm, indicando a proporção de recrutamento exógeno e endógeno, respectivamente.

Tabela 4. *Parentes na Polícia Civil.*

Parentes na Polícia	Freqüência	%
Não	755	61.5
Sim	465	37.9
Não Informaram	8	0.7
TOTAL	1228	100.0

A maioria expressiva dos delegados exerceu alguma atividade profissional antes de ingressar na carreira (92,3%). Apenas 7,6% afirmaram não ter exercido nenhuma atividade anteriormente.

Tabela 5. *Exercício de atividade profissional anterior.*

Exerceu atividade anterior	Freqüência	%
Não	93	7.6
Sim	1134	92.3
Não Informaram	1	0.1
TOTAL	1228	100.0

Mais de dois terços dos delegados passaram a desempenhar a função depois da vigência da Constituição de 1988, indicando que um percentual reduzido exercia atividades na Polícia Civil durante o período militar.

A capacidade de preparar inquéritos bem circunstanciados, o saber jurídico, a competência técnica para o trabalho de investigação e saber trabalhar em equipe foram apontados por aproximadamente três quartos dos entrevistados como as características mais

Tabela 6. *Ano de posse do cargo.*

Ano de posse do cargo	Freqüência	%
Antes de 1964	5	0.4
De 1965 a 1968	7	0.6
De 1969 a 1972	14	1.1
De 1973 a 1976	55	4.5
De 1977 a 1980	34	2.8
De 1981 a 1984	78	6.4
De 1985 a 1988	202	16.4
De 1989 a 1992	313	25.5
De 1993 a 1996	264	21.5
De 1997 a 2000	193	15.7
Após 2001	53	4.3
Não informaram	11	0.8
TOTAL	1228	100.0

importantes para ser um bom delegado. Por outro lado, a obediência irrestrita aos direitos humanos e o reconhecimento pelos pares foram as características menos valorizadas.

Motivos altruísticos, como a defesa do cidadão e a oportunidade de prestar serviços à comunidade, foram indicados como os mais importantes, dentre os fatores que influenciaram a decisão de ingressar na carreira de delegado. Por outro lado, os fatores vistos como menos importantes foram a falta de opção no mercado de trabalho e os professores na faculdade.

Dentre os fatores que têm representado obstáculos ao bom funcionamento da Polícia Civil, os entrevistados apontaram, em

Tabela 7. Características de um bom delegado.

Características de um bom delegado	Muito Importante	Importante	Pouco Importante	Sem Importância	Sem Opinião	TOTAL
Capacidade de preparar inquéritos bem circunstanciados	81.4	17.3	0.4	0.0	1.0	100.0
Saber Jurídico	79.7	19.4	0.2	0.0	0.7	100.0
Competência técnica para o trabalho de investigação	77.3	21.6	0.6	0.1	0.5	100.0
Saber trabalhar em equipe	74.7	23.5	1.0	0.1	0.7	100.0
Habilidade para lidar com situação de risco, violência	71.3	25.3	2.4	0.2	0.8	100.0
Aptidão para exercer chefia e liderança	69.8	27.9	1.2	0.2	0.9	100.0
Obediência irrestrita aos direitos humanos	57.7	37.4	3.0	0.9	1.0	100.0
Ser reconhecido pelos pares	30.2	46.4	16.6	4.4	2.4	100.0

primeiro lugar, a falta de empenho governamental na implementação de políticas de segurança; em seguida, a interferência política na cúpula da instituição e a ocupação do cargo de secretário de Segurança por leigos em segurança pública. O conflito de atuação com a Polícia Militar e a interferência do Ministério Público na ati-

Tabela 8. Fatores que influenciaram a decisão de ser delegado.

Fatores que influenciaram a decisão de ser delegado	Muito Importante	Importante	Pouco Importante	Sem Importância	Sem Opinião	TOTAL
Defesa do cidadão	43.6	44.5	3.6	2.0	6.3	100.0
Oportunidade de prestar serviços à comunidade	34.9	46.3	5.8	5.3	7.7	100.0
Estabilidade do cargo público	28.7	48.5	11.9	5.3	5.6	100.0
Experiência anterior na polícia	28.2	13.3	4.7	32.2	21.6	100.0
Remuneração	18.7	48.1	17.8	7.0	8.4	100.0
Prestígio e reconhecimento	10.3	35.7	30.4	14.1	9.5	100.0
Parentes/conhecidos que trabalhavam na Segurança Pública	8.2	16.5	14.1	39.1	22.1	100.0
Falta de opção no mercado de trabalho	2.0	9.3	20.2	49.0	19.5	100.0
Professores na faculdade	1.5	8.3	17.9	48.2	24.1	100.0

vidade policial dividiram mais a opinião dos delegados. No primeiro caso, 54,4 % consideram os conflitos de atuação com a Polícia Militar um obstáculo relevante (somadas as respostas “muito importante” e “importante”) enquanto 41,2% sustentam posição oposta (somadas as respostas “pouco importante” e “sem importância”). No que se refere à interferência do Ministério Público na atividade policial, 59,2% avaliam essa interferência como um obstáculo relevante (somadas as respostas “muito importante” e

Tabela 9. *Obstáculos ao bom funcionamento da Polícia Civil.*

Obstáculos ao bom funcionamento da Polícia Civil	Muito Importante	Importante	Pouco Importante	Sem Importância	Sem Opinião	TOTAL
Falta de empenho governamental na implementação de política de Segurança	75.8	18.9	2.0	1.3	2.0	100.0
Interferência política na cúpula da instituição	72.6	17.0	5.5	2.1	2.8	100.0
Ocupação do cargo de Secretário de Segurança por leigos em Segurança Pública	71.2	17.1	6.4	2.3	3.0	100.0
Baixos salários	67.6	23	4.7	2.0	2.7	100.0
Formação deficiente dos policiais civis	62.7	30.5	3.3	1.0	2.5	100.0
Instabilidade no exercício do cargo de delegado	51.4	27.9	10.7	5.5	4.6	100.0
Formação deficiente dos delegados	50.4	37.3	5.9	2.6	3.9	100.0
"Bicos" e outras atividades	36.6	30.5	17.4	7.6	7.9	100.0
Interferência do Ministério Público na atividade policial	33.1	26.1	26.5	11.2	3.1	100.0
Conflito de atuação com a Polícia Militar	25.0	29.4	28.4	12.8	4.4	100.0

Tabela 10. *Avaliação de propostas para melhorar o funcionamento da Polícia Civil.*

Propostas para melhorar o funcionamento da Polícia Civil	Muito Importante	Importante	Pouco Importante	Sem Importância	Sem Opinião	TOTAL
Promulgação da Lei Orgânica Nacional da Polícia Civil	82.6	13.7	2.3	0.7	0.8	100.0
Eleição para delegado geral pelos integrantes da carreira	77.9	13.3	4.5	2.6	1.7	100.0
Definição de critérios objetivos para promoção e ocupação de cargos de direção	77.7	18.6	1.8	1.1	0.8	100.0
Inamovibilidade dos delegados	77.0	16.0	5.2	1.1	0.6	100.0
Expansão das delegacias especializadas	39.9	31.9	18.0	8.6	1.6	100.0
Corregedoria da Polícia Civil como carreira independente	31.0	24.1	22.8	17.3	4.8	100.0
Criação de um órgão especial de controle externo da Polícia	17.7	31.1	27.2	18.8	5.2	100.0
Controle externo da atividade policial pelo Ministério Público	3.6	12.6	33.9	44.7	5.2	100.0

“importante”) em contraste com 37,7% que não conferem tal significado (somadas as respostas “pouco importante” e “sem importância”).

A promulgação da Lei Orgânica Nacional da Polícia Civil é vista por 82,6% dos entrevistados como muito importante para melhorar o funcionamento da Polícia Civil. Recebem também um alto índice de apoio a eleição para delegado geral pelos integrantes da carreira

Tabela 11. Avaliação de propostas para melhorar a Segurança Pública.

Avaliação de propostas para melhorar a Segurança Pública	Concorda Totalmente	Concorda em Termos	Discorda em Termos	Discorda Totalmente	Sem Opinião	TOTAL
Criação de grupos especiais na Polícia para o combate ao crime organizado	66.2	27.2	2.9	2.4	0.9	100.0
Maior fiscalização sobre as empresas de segurança privada	50.2	32.5	6.7	3.7	5.9	100.0
Implementação de conselhos comunitários de Segurança Pública	46.5	35.9	8.6	5.7	2.5	100.0
Unificação das Polícias Civil e Militar	32.7	38.2	8.0	18.7	1.9	100.0
Criação/fortalecimento da Ouvidoria de Polícia	29.5	37.6	13.9	14.8	3.5	100.0

Tabela 12. Avaliação de propostas para melhorar o desempenho do Sistema Penal e diminuir a impunidade e a criminalidade.

Avaliação das propostas para melhorar o desempenho do Sistema Penal e diminuir a impunidade e a criminalidade	Concorda Totalmente	Concorda em Termos	Discorda em Termos	Discorda Totalmente	Sem Opinião	TOTAL
Plantão judiciário de 24 horas	91.0	6.0	1.3	0.6	1.1	100.0
Delegado de Polícia voltar a fazer busca domiciliar sem mandado judicial	64.5	24.7	3.7	6.5	0.6	100.0
Diminuição da maioria penal de 18 para 16 anos	52.3	22.0	6.5	18.2	1.0	100.0
Instalação de juzgados especiais criminais junto às delegacias de polícia	50.0	34.2	5.5	8.9	1.4	100.0
Criação do juzgado de instrução	30.2	32.7	10.7	20.5	5.9	100.0
Fim da prisão especial para os que têm curso superior	20.3	31.9	21.4	24.3	2.1	100.0
Extinção do sursis	13.4	26.1	22.5	34.9	3.1	100.0
Independência dos Instituto: Médicos Legais e órgãos periciais em relação à Polícia Civil	10.0	19.3	11.7	56.0	3.0	100.0

Avaliação das propostas para melhorar o desempenho do Sistema Penal e diminuir a impunidade e a criminalidade	Concorda Totalmente	Concorda em Termos	Discorda em Termos	Discorda Totalmente	Sem Opinião	TOTAL
Transferência do julgamento de crimes contra direitos humanos para a justiça federal	7.6	15.9	14.5	52.9	9.1	100.0
Criação de grupos de investigação dentro do Ministério Público	1.3	4.8	7.1	84.6	2.2	100.0
Direção dos trabalhos de investigação policial pelo Ministério Público	0.7	2.2	4.2	91.4	1.5	100.0

(77,9%), a definição de critérios objetivos para promoção e ocupação de cargos de direção (77,7%) e a inamovibilidade dos delegados (77,0%). Por outro lado, a proposta que prevê o controle externo da atividade policial pelo Ministério Público é rejeitada por 78,6% dos delegados entrevistados, que a consideram “pouco importante” ou “sem importância” para melhorar o funcionamento da Polícia Civil.

Todas as propostas listadas na Tabela 11 recebem apoio expressivo dos delegados, com exceção da unificação das Polícias Civil e Militar e a criação / fortalecimento da Ouvidoria de Polícia, em relação às quais há uma resistência de um grupo significativo de delegados, 26,7% e 28,7%, respectivamente, somando-se as respostas “discorda em termos” e “discorda totalmente”.

É quase unânime o apoio à proposta que prevê o plantão judiciário de 24 horas. Mais da metade dos entrevistados concorda

Tabela 13. Grau de concordância com afirmações.

Grau de concordância com as afirmações	Concorda Totalmente	Concorda em Termos	Discorda em Termos	Discorda Totalmente	Sem Opinião	TOTAL
"Bons e maus cidadãos devem ter seus direitos constitucionais respeitados"	75.8	18.2	3.3	2.2	0.5	100.0
"A política de direitos humanos tem beneficiado os criminosos"	41.8	38.4	10.9	8.1	0.8	100.0
"A maior parte da população não tem acesso à justiça"	40.2	38.8	13.8	6.5	0.7	100.0
"A Constituição Federal de 1988 dificultou a atuação da Polícia Civil"	39.0	38.1	9.5	12.4	1.0	100.0
"A miséria é a principal causa da criminalidade"	21.0	43.1	18.9	16.4	0.6	100.0
"A aplicação das leis sempre beneficia os privilegiados"	13.8	41.4	20.8	21.8	2.2	100.0
"A polícia está distante da comunidade"	10.8	34.0	25.3	29.2	0.7	100.0

Grau de concordância com as afirmações	Concorda Totalmente	Concorda em Termos	Discorda em Termos	Discorda Totalmente	Sem Opinião	TOTAL
"A confissão sob pressão policial é justificável nos casos de crimes hediondos"	6.2	16.4	12.6	62.5	2.3	100.0
"A democracia abalou a autoridade policial"	4.9	16.7	12.7	64.1	1.6	100.0
"A violência é inerente à função policial"	2.7	13.3	21.1	62.2	0.7	100.0

totalmente com as propostas que permitem ao delegado de polícia realizar busca domiciliar sem mandado judicial (64,5%) e com a diminuição da maioria penal de 18 para 16 anos (52,3%). Por outro lado, é expressivo o grau de rejeição à interferência do Ministério Público na atividade de investigação policial, seja na direção dos trabalhos de investigação (91,4%), seja na criação de grupos de investigação dentro do próprio Ministério Público (84,6%).

"Bons e maus cidadãos devem ter seus direitos constitucionais respeitados" é a afirmação que recebe o maior percentual de concordância total (75,8%). Em contraste, é expressivo o número de entrevistados que manifestou discordância total em relação às seguintes afirmações: "a democracia abalou a autoridade policial" (64,1%); "a confissão sob pressão policial é justificável nos casos de crimes hediondos" (62,5%) e "a violência é inerente à função policial" (62,2%).

Tabela 14. *Fatores que influenciam a imagem negativa da Polícia Civil.*

Fatores que influenciam a imagem negativa da Polícia Civil	Muito Importante	Importante	Pouco Importante	Sem Importância	Sem Opinião	TOTAL
Acusações de corrupção	77.5	18.2	3.1	1.0	0.2	100.0
Exploração sensacionalista pelos meios de comunicação	61.6	30.5	6.4	0.9	0.6	100.0
Tratamento dispensado à população	52.9	35.5	7.3	2.6	1.7	100.0
Violência policial	52.3	37.8	8.1	0.6	1.2	100.0
Vínculo, no passado, da instituição com o regime autoritário	41.0	28.9	20.5	8.1	1.5	100.0
Declarações de integrantes do Ministério Público	31.4	34.7	25.2	7.3	1.4	100.0
Declarações de organizações de direito humanos	25.5	37.8	27.4	8.1	1.2	100.0
Declarações de integrantes do Poder Judiciário	20.0	35.1	32.5	9.5	2.9	100.0

Grau de concordância com as afirmações	Concorda Totalmente	Concorda em Termos	Discorda em Termos	Discorda Totalmente	Sem Opinião	TOTAL
"A confissão sob pressão policial é justificável nos casos de crimes hediondos"	6.2	16.4	12.6	62.5	2.3	100.0
"A democracia abalou a autoridade policial"	4.9	16.7	12.7	64.1	1.6	100.0
"A violência é inerente à função policial"	2.7	13.3	21.1	62.2	0.7	100.0

totalmente com as propostas que permitem ao delegado de polícia realizar busca domiciliar sem mandado judicial (64,5%) e com a diminuição da maioria penal de 18 para 16 anos (52,3%). Por outro lado, é expressivo o grau de rejeição à interferência do Ministério Público na atividade de investigação policial, seja na direção dos trabalhos de investigação (91,4%), seja na criação de grupos de investigação dentro do próprio Ministério Público (84,6%).

"Bons e maus cidadãos devem ter seus direitos constitucionais respeitados" é a afirmação que recebe o maior percentual de concordância total (75,8%). Em contraste, é expressivo o número de entrevistados que manifestou discordância total em relação às seguintes afirmações: "a democracia abalou a autoridade policial" (64,1%); "a confissão sob pressão policial é justificável nos casos de crimes hediondos" (62,5%) e "a violência é inerente à função policial" (62,2%).

Tabela 14. *Fatores que influenciam a imagem negativa da Polícia Civil.*

Fatores que influenciam a imagem negativa da Polícia Civil	Muito Importante	Importante	Pouco Importante	Sem Importância	Sem Opinião	TOTAL
Acusações de corrupção	77.5	18.2	3.1	1.0	0.2	100.0
Exploração sensacionalista pelos meios de comunicação	61.6	30.5	6.4	0.9	0.6	100.0
Tratamento dispensado à população	52.9	35.5	7.3	2.6	1.7	100.0
Violência policial	52.3	37.8	8.1	0.6	1.2	100.0
Vínculo, no passado, da instituição com o regime autoritário	41.0	28.9	20.5	8.1	1.5	100.0
Declarações de integrantes do Ministério Público	31.4	34.7	25.2	7.3	1.4	100.0
Declarações de organizações de direito humanos	25.5	37.8	27.4	8.1	1.2	100.0
Declarações de integrantes do Poder Judiciário	20.0	35.1	32.5	9.5	2.9	100.0

Tabela 15. *Avaliação da relação da Polícia Civil.*

Avaliação da relação da Polícia Civil	Ótima	Boa	Nem boa nem ruim	Ruim	Péssima	Sem opinião	TOTAL
Grupos privilegiados da população	12.0	53.6	28.7	4.3	0.9	0.5	100.0
Setores desfavorecidos da população	11.1	43.2	25.1	16.9	3.3	0.4	100.0
Poder Judiciário	10.9	57.1	23	7.6	0.7	0.7	100.0
Meios de comunicação	6.8	49.9	26.5	14.4	2.0	0.4	100.0
Polícia Militar	5.7	44.4	26.5	17.5	5.2	0.7	100.0
Ministério Público	5.0	37.7	26.7	25.2	4.9	0.5	100.0

Acusações de corrupção são vistas como o principal fator responsável pela formação de uma imagem negativa da Polícia Civil (77,5%). Contribuem também para essa imagem a exploração sensacionalista pelos meios de comunicação, o tratamento dispensado à população e a violência policial. O menor peso, dentre todos os fatores apresentados, é atribuído às declarações de integrantes do Poder Judiciário.

A relação da Polícia Civil com as demais instituições e com a população é vista, em geral, como positiva. Os delegados avaliam como "ótima" ou "boa" a relação com o Poder Judiciário (68,0%); com os grupos privilegiados da população (65,6%) e com os setores desfavorecidos da população (54,3%). A relação mais problemática, segundo os entrevistados, é com o Ministério Público. Aparece ainda como tensa a relação com a Polícia Militar – 22,7% dos entrevistados consideram esta relação como ruim ou péssima.

Tabela 16. *Posicionamento ideológico.*

Posicionamento Ideológico	Freqüência	%
Esquerda	29	2.4
Centro Esquerda	289	23.5
Centro	595	48.5
Centro Direita	244	19.9
Direita	36	2.9
Sem opinião	35	2.8
TOTAL	1228	100.0

A maioria dos entrevistados considera-se de centro (48,5%) e os demais se dividem entre posições de centro-esquerda e de esquerda 25,9% e de centro-direita e de direita 22,8%. Apenas 2,8% disseram não ter opinião a respeito ou não quiseram responder à questão.

Para terminar, sublinhamos que os dados da pesquisa aqui apresentados longe de encerrarem o problema, pretendem contribuir para o conhecimento da Polícia Civil. A construção do perfil demográfico, social e ideológico dos delegados de polícia traz elementos para o compreensão de uma instituição central no sistema de justiça e segurança pública.

Tabela 15. Avaliação da relação da Polícia Civil.

Avaliação da relação da Polícia Civil	Ótima	Boa	Nem boa nem ruim	Ruim	Péssima	Sem opinião	TOTAL
Grupos privilegiados da população	12.0	53.6	28.7	4.3	0.9	0.5	100.0
Setores desfavorecidos da população	11.1	43.2	25.1	16.9	3.3	0.4	100.0
Poder Judiciário	10.9	57.1	23	7.6	0.7	0.7	100.0
Meios de comunicação	6.8	49.9	26.5	14.4	2.0	0.4	100.0
Polícia Militar	5.7	44.4	26.5	17.5	5.2	0.7	100.0
Ministério Público	5.0	37.7	26.7	25.2	4.9	0.5	100.0

Acusações de corrupção são vistas como o principal fator responsável pela formação de uma imagem negativa da Polícia Civil (77,5%). Contribuem também para essa imagem a exploração sensacionalista pelos meios de comunicação, o tratamento dispensado à população e a violência policial. O menor peso, dentre todos os fatores apresentados, é atribuído às declarações de integrantes do Poder Judiciário.

A relação da Polícia Civil com as demais instituições e com a população é vista, em geral, como positiva. Os delegados avaliam como "ótima" ou "boa" a relação com o Poder Judiciário (68,0%); com os grupos privilegiados da população (65,6%) e com os setores desfavorecidos da população (54,3%). A relação mais problemática, segundo os entrevistados, é com o Ministério Público. Aparece ainda como tensa a relação com a Polícia Militar – 22,7% dos entrevistados consideram esta relação como ruim ou péssima.

Tabela 16. Posicionamento ideológico.

Posicionamento Ideológico	Frequência	%
Esquerda	29	2.4
Centro Esquerda	289	23.5
Centro	595	48.5
Centro Direita	244	19.9
Direita	36	2.9
Sem opinião	35	2.8
TOTAL	1228	100.0

A maioria dos entrevistados considera-se de centro (48,5%) e os demais se dividem entre posições de centro-esquerda e de esquerda 25,9% e de centro-direita e de direita 22,8%. Apenas 2,8% disseram não ter opinião a respeito ou não quiseram responder à questão.

Para terminar, sublinhamos que os dados da pesquisa aqui apresentados longe de encerrarem o problema, pretendem contribuir para o conhecimento da Polícia Civil. A construção do perfil demográfico, social e ideológico dos delegados de polícia traz elementos para o compreensão de uma instituição central no sistema de justiça e segurança pública.

Resumo

Quem são e o que pensam os delegados de polícia? Para responder a essa pergunta, o IDESP realizou, com o apoio da Fundação Ford e da FAPESP, a mais ampla e inédita pesquisa, cujos principais resultados são apresentados neste artigo, sobre o perfil dos Delegados de Polícia no Brasil.

O principal objetivo da pesquisa é ampliar o conhecimento sobre o sistema de Justiça no Brasil. Apesar da importância da polícia no quadro dos órgãos responsáveis pela Justiça e segurança pública, pouco se conhece sobre seus integrantes e sobre o que pensam a respeito dos problemas que afetam a instituição. O debate atual acerca desses problemas e de propostas de mudanças legislativas, processuais e organizacionais teria muito a ganhar com a elaboração de um perfil dos delegados de polícia e com a revelação de suas opiniões sobre a reforma da instituição e a melhoria da segurança pública no Brasil.

Carta do Rio de Janeiro: Conclusões do Congresso Violência Frente e Verso

Os participantes do Congresso Internacional sobre *Violência: Frente e Verso*, reunidos na cidade do Rio de Janeiro, de 19 a 22 de março de 2003, no Auditório do Centro Cultural da Justiça Federal, sob os auspícios da Escola de Magistratura Regional Federal da 2ª Região – EMARF, gestão 2001-2003, com a participação da Fundação Konrad Adenauer, para debater e apontar soluções para a violência urbana, resolvem, em carta aberta às autoridades governamentais, federal, estadual e municipal, divulgar as conclusões a que chegaram, sugerindo propostas para a elaboração de uma política pública de segurança no país, em todos os níveis, mas, sobretudo, em vista do Plano Plurianual de Investimentos e do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH).

Os participantes elegeram (4) quatro áreas temáticas: (I) Política criminal e de redimensionamentos das penas; (II) Política prisional ou penitenciária; (III) Política de direitos humanos; e (IV) Política da criança e do adolescente, nos seguintes termos:

I – Política criminal e redimensionamento das penas:

- 1) Promulgar leis penais mais conformes à realidade brasileira, com uma nova tipificação de crimes, consoante a cultura nacional,